

A natureza brasileira, cenário da colonização, na *História geral* de F. A. de Varnhagen

LAURA NOGUEIRA OLIVEIRA\*

Em 1877, Francisco Adolfo de Varnhagen reeditou, em dois tomos, sua *História geral do Brasil (HGB)*. A distribuição dos capítulos na obra sofreu alterações, sendo que o capítulo de abertura - intitulado “Descrição geral do Brasil” – passava a ser o que fora a seção de número VII do livro I, da primeira edição. O historiador decidira iniciar a *HGB* descrevendo o cenário natural onde se desenrolaria o drama da colonização portuguesa. Afirmava, no *Prólogo* da nova edição, ser essa nova posição melhor que a adotada anteriormente – que gerava “grande interrupção no fio da narração” (VARNHAGEN, 1877: X).

Pode-se dizer que o autor reconhecia erro na disposição das seções da *HGB*, segundo as regras reconhecidas para o gênero histórico, à época. Segundo a tradição vinda da antiguidade clássica, a geografia era companheira inseparável da história, sobretudo em obras sobre as nações do novo mundo, nas quais, ao tratar do descobrimento, exploração e colonização das novas terras encontradas, o historiador necessariamente versava sobre temas geográficos. O exemplo estava em Heródoto que descreveu o teatro dos acontecimentos. Ainda entre os antigos, Cícero preceituara que a construção histórica repousava nos fatos e nas palavras e requeria “a ordem dos tempos e a descrição dos lugares” (Cícero apud HARTOG, 2001: 151). Entre os contemporâneos de Varnhagen, pode-se lembrar que, em 1836, Gonçalves de Magalhães, no *Ensaio sobre a historia da literatura*, anunciando seu objetivo de traçar uma história da literatura brasileira, fazia referência implícita ao mesmo postulado, ao afirmar que: “toda a historia, como todo drama, supõe lugar da scena, actores, paixoens [...]” (MAGALHÃES, 1978: 142).

O deslocamento em questão, porém, não foi a única modificação introduzida na obra. No *Prólogo*, Varnhagen anunciava que “todas as secções receberam retoques” (VARNHAGEN, 1877: XVI). José Honório Rodrigues já prestara atenção nesse aviso e, concordando com o autor, afirmava ter recebido a *HGB* da segunda edição uma nova redação (RODRIGUES, 1967: 182). Rodrigues advertia que Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, anotadores e responsáveis pelas reedições da obra, não tinham, contudo, “se dado ao trabalho de comparar as modificações que

\*Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG. Doutora em Literatura Comparada.

não são insignificantes, quer pelos acréscimos, quer pelas subtrações, quer, enfim, pela nova redação e pelas novas posições ideológicas” (RODRIGUES, 1967:182).

Este trabalho segue, em certa medida, a indicação de José Honório, pois realiza-se um cotejamento das seções das duas edições da *HGB*, a fim de destacar os cuidados do autor com a reelaboração discursiva de seu texto, segundo os fins persuasivos a serem alcançados: com vistas a construir um cenário grandioso que comportasse o drama da conquista e da colonização, incentivando, ao mesmo tempo, o prosseguimento da ação conquistadora e civilizadora que ele entendia ser a do homem branco seu contemporâneo.

Publicada em vida pelo autor, a segunda edição da *HGB* serviu de base para todas as reedições posteriores da obra – no presente trabalho utilizou-se da nona edição integral, datada de 1978. Como a segunda versão do capítulo foi a definitiva, ela servirá de guia no presente estudo. A versão de 1854 será utilizada para se destacarem as mudanças empreendidas de uma para a outra edição. Assim, quando não se advertir do contrário, estarei fazendo referência a essa segunda edição.

No *Prólogo* da reedição da *HGB*, Varnhagen anunciava que, na preparação de sua obra, cuidara para que a linguagem “sempre [...] saísse puritana e de boa lei” (VARNHAGEN, 1877: XVI-XII). Porém as modificações feitas no capítulo em questão ultrapassam a preocupação com a correção gramatical. Diferentemente também do que se poderia imaginar, as modificações feitas no capítulo tampouco respondiam a uma maior preocupação do autor em precisar a origem de suas informações. Muito pelo contrário, se na primeira versão o capítulo possuía poucas anotações, elas foram praticamente suprimidas nessa segunda versão. Assim, Varnhagen eliminou as referências: 1) a Montoya, acerca do significado de palavras indígenas; 2) a Lund, quando tratou da formação geológica de parte do território; 3) a Sigaud, de quem recomendara consultar uma obra de 1844, pois nela estariam “reunidas as opiniões e observações de muitos homens científicos” acerca do clima do Brasil; 4) a Cristóbal de Acuña, acerca dos mosquitos que assolavam a região amazônica; 5) a Padre Antônio Vieira e a Southey, sobre a origem do gengibre (VARNHAGEN, 1854: 90, 93, 95, 97). Eram referências que possibilitavam ao leitor ter idéia de algumas das obras às quais o autor recorrera para redigir a seção. Na segunda versão

do capítulo, ele conservou apenas notas de caráter filológicos: uma para definir a palavra *caité*, e outra, para discutir a melhor grafia para a palavra *capoeira*.

Se as anotações do historiador à primeira versão do capítulo eram insuficientes para indicar a seu leitor as fontes por ele utilizadas para redigir seu texto, no capítulo reescrito, elas praticamente inexistiam. Muito provavelmente a ausência de citação era uma estratégia discursiva. Descrevendo sem citar, ele dava a sensação de colocar sob os olhos do leitor aquilo que era a realidade, como se o autor tivesse um olhar onisciente, que tudo revelasse, abrindo as cortinas de um palco para desvelar o cenário até então oculto. Na composição do cenário, as citações seriam um obstáculo: a toda hora desviariam o leitor e o impediriam de seguir o mestre em sua explanação. O narrador vê o mundo e almeja fazer o leitor “ver” o que ele tem o poder de desvelar – citar seria interromper a revelação e prejudicar a verossimilhança da descrição.<sup>1</sup>

As modificações realizadas pelo historiador na seção em questão dizem respeito a um aprimoramento da organização do texto como um todo e de cada uma de suas partes em particular, tendo em vista a eficácia pretendida.

Na primeira versão da seção, tem-se uma divisão tripartite: um exórdio, uma descrição e uma peroração. Na segunda versão, essa disposição foi conservada, mas aprimorada, cuidando o autor para que cada parte do capítulo estivesse estreitamente ligada aos fins que lhe cabia desempenhar no capítulo como um todo. Para isso, reelaborou, acrescentou e suprimiu frases, eliminou interpolações de idéias, adicionou e retirou parágrafos e, sobretudo, deu a esses parágrafos um arranjo interno mais sistemático, de modo a dotá-los de maior coerência. Desse modo, a seção foi dotada de uma melhor disposição interna, segundo os fins a que agora o capítulo se destinava, como se tentará mostrar.

O autor inicia a segunda versão do capítulo nomeando o objeto de sua descrição – “Terra do Brasil ou somente Brasil” e vinculando sua existência à chegada dos europeus a essas paragens: “foi o nome dado pelos Portugueses à parte mais oriental do novo continente, em virtude de haverem aí encontrado, em abundância, certo lenho, que subministrava ao comércio uma tinta vermelha [...]”. Ou seja, antes da presença portuguesa é como se nada existisse. Ele

---

<sup>1</sup> Segundo François Hartog, o objetivo dos historiadores na perspectiva de Luciano de Samósata deixou de ser o de ele mesmo ver claramente o que se passou, para ser o de fazer o leitor “ver o que se passou”. Cf. HARTOG, 2001, p. 235.

\*Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG. Doutora em Literatura Comparada.

lembra que “o novo pau-brasil - até então a Europa importava essa madeira da Índia - era conhecido com o nome de *ibirapitanga*”. A frase tem sujeito indeterminado. Quem conhecia? Não importa, porque era “com esse nome” de Brasil que a terra fora nomeada pelos comerciantes portugueses. Eles é que deram sentido de existir à terra e, portanto, deram-lhe a própria existência.<sup>2</sup> E porque os portugueses chegaram e deram uso conveniente à terra, pudera se formar “um dos Estados de maior extensão do globo”, que tinha a “décima quinta [parte]” da superfície terrestre (VARNHAGEN, 1978: p. 13). Assim, a História do império do Brasil era a da conquista do território e de sua colonização pelo português. Mas para descrevê-la, era, portanto, necessário conhecer o cenário.

Formado a partir da presença portuguesa, o império do Brasil, anunciava, estendia-se “desde as cabeceiras mais setentrionais do caudaloso Amazonas até quase as margens do Prata”. Tais rios, porém, não apenas delimitavam esse império gigantesco. Conservando uma frase da primeira edição, ele repetia a metáfora: “Por toda a extensão que abraçam esses dois grandes rios se erguem serranias [...]”. O Amazonas e o Prata eram, na metáfora construída, verdadeiros colossos, com braços poderosos o suficiente para envolver a décima quinta parte da superfície terrestre. E pelo menos um deles era capaz não apenas de cercar o território como também de o proteger: o Amazonas tinha o braço tão possante que desafiava até mesmo o mar – “essas águas vão com tanta fúria arrojarem-se ao mar, quase debaixo da equinocial, que durante certa distância da costa, deixam as ondas dele de ser salgadas”. E também a terra estava sujeita à “fúria” de suas águas: em sua superfície flutuavam “imensas ilhas” roubadas à terra firme (VARNHAGEN, 1978: p. 13).

Na construção da imagem do rio Amazonas, Varnhagen, na primeira edição, o adjectivou como “rei” dos rios; no texto revisto, o Amazonas era denominado de “rio-mar”. Ou seja, a supremacia desse rio sobre outros, que na primeira edição aparece como uma qualidade, que poderia ser perdida ou diminuída por algum acidente, passa a se constituir em uma característica inata: o gigantesco rio era, por natureza, colossal e poderoso, porque “mar”. Essa sucessão de imagens, gradualmente ascendentes, pode ser analisada como uma amplificação do objeto: o rio

---

<sup>2</sup> Nos três capítulos seguintes a este de descrição do território, Varnhagen tratou dos povos que o ocupavam. A seu ver os tupi eram povos bárbaros e incivilizáveis, cujo “dia de expiação” chegou-lhes com “o descobrimento e a colonização, efetuados pela Europa cristã”. Cf. VARNHAGEN, 1978: 56.

\*Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG. Doutora em Literatura Comparada.

primeiro era caudaloso, depois, abraçava um território que correspondia à décima quinta parte da superfície terrestre, na seqüência, suas águas enfurecidas enfrentavam o oceano e a própria terra.<sup>3</sup> E era esse possante “rio-mar”, juntamente com o rio da Prata, que “abraçava” o “império brasílico” – na natureza estava inscrita a unidade predestinada deste Império.

Nos três parágrafos iniciais do capítulo visava-se a convencer o leitor da unidade da Nação brasileira. A essa imagem se somava a ideia de que a centralidade do Império estava também determinada geográfica e fisicamente.

Varnhagen iniciava então a descrição do território brasileiro. Nas duas versões do capítulo em análise, ele conservou a mesma disposição da matéria e de modo seqüencial e concatenado, ele tratou de cinco temas: a formação geológica do território, seu clima, carta celeste, botânica e zoologia. Por um lado, compôs um quadro natural da região brasileira, dando a seu leitor a impressão de que se açambarcavam todos os seus elementos constituintes. Por outro, adotou uma seqüência descritiva: iniciava pela formação geológica do terreno, seguindo pela análise de seu clima e de seu céu e só então tratando de suas plantas e animais. Essa seqüência pretendia dar ao leitor uma sensação de, partindo do que era mais oculto, consistente e sólido no território, alcançar o que estava mais ao alto e, desse posto privilegiado, enxergar os seres vivos que ocupavam a região. Pode-se dizer que a disposição da matéria adotada pelo autor não era aleatória e predisponha o leitor a crer que efetivamente lhe era apresentado o cenário natural.

Contudo, apesar da conservação da disposição geral do capítulo, ele reescreveu o texto. Considerando-se a clareza e a brevidade recomendadas para uma descrição, foram eliminadas digressões e argumentações, que apareciam na primeira versão, e que, além de não fornecerem informação nova sobre o tema tratado no parágrafo específico, eram divagações que desviavam o leitor do raciocínio desenvolvido. Exemplificando, apresentam-se três digressões suprimidas:

- 1) no trecho da formação geológica, ele tratou da abundância de minas de ferro existentes no território, mas iniciava o trecho fazendo referência às terras agricultáveis do país: “quanto

---

<sup>3</sup> Lausberg define como *incrementum* a amplificação que “consiste na designação lingüística, gradualmente ascendente, do objeto a amplificar”. Rosado Fernandes, tradutor para o português do trabalho de Lausberg e também seu anotador, acrescentou o seguinte exemplo de *incrementum*: “este mundo não é pátria nossa, é desterro; não é morada, é estalagem; não é porto, é mar por onde navegamos”. Cf. LAUSBERG, 1972: 108.

\*Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG. Doutora em Literatura Comparada.

á terra de cultura, predominava nella por quase toda a extensão do Brazil a côr mais ou menos avermelhada (...)” (VARNHAGEN, 1854: 91);

- 2) tratando do clima do país, informava que no princípio do verão ocorriam os chamados “aguaceiros”. Fazia, então, o seguinte devaneio: eram “chamados [os aguaceiros] em algumas partes ‘chuvas de caju’, por isso que a melhoria deste fructo dellas depende” (VARNHAGEN, 1854: 92);
- 3) expondo sobre as plantas exógenas introduzidas no território, lembrava serem as laranjeiras de origem européia muito bem adaptadas no novo continente. Interpolava, então a seguinte idéia: “principalmente a [laranja] que dá na Bahia, com a denominação por que é conhecida e que pouco favor faz ao pudor e delicadeza dos que a imaginaram” (VARNHAGEN, 1854: 96);
- 4) informando ser a vegetação da região temperada do território formada por campos virgens, onde se encontravam os pinheiros araucários ou *curîs*, fazia a seguinte divagação: “de cuja abundancia provem o nome de Curi-tiba” (VARNHAGEN, 1854: 96);

Tais digressões trazem curiosidades que serviam para quebrar a monotonia do texto, mas interrompiam o raciocínio. Ao eliminá-las, há uma opção pela maior coesão interna da descrição, o que contribuía para sua clareza. A descrição também se tornou mais verossimilhante graças às reelaborações de frases que tinham sentido dúbio e à adição de explicações que visavam uma precisão maior da informação fornecida. Vejamos um exemplo dessas modificações feitas pelo autor. Na primeira versão da seção, Varnhagen iniciava o parágrafo sobre os peixes existentes na região brasileira do seguinte modo: “Nos mares ha balêas e peixes-bois; e como pescaria de regalo [...]” – e prosseguia tratando dos peixes existentes nos rios e mares próprios para o consumo humano (VARNHAGEN, 1854: 96). Ora, as baleias e peixes-bois são mamíferos, mas ele os citava em um parágrafo no qual trataria essencialmente de peixes bons para a alimentação humana. Nesse caso, ocorria uma miscelânea: mamíferos aquáticos com peixes comestíveis. Ao misturar espécies distintas de animais, punha-se em risco a coesão interna do parágrafo, comprometendo tanto a clareza do raciocínio quanto a sua verossimilhança. Na segunda versão, a frase foi suprimida e o parágrafo, que agora só tratava de peixes, se iniciava: “Como peixes de regalo se recomendam [...]” (VARNHAGEN, 1978: 19).

Para expor os cinco temas tratados – geologia, clima, cosmografia, botânica e zoologia –, Varnhagen adotou uma única ordenação, passando a abrir o trecho referente a cada tema com uma visão geral, posteriormente desdobrando-o. Ao tratar da formação geológica do território, afirmava ser o gnaisse o único tipo de rocha de toda a extensão territorial. A essa base única somavam-se outras formações: arenitos (conhecidos por itacolumites e itabirites), calcárias (metamórficas e secundárias) e arenitos terciários – ia, assim, do geral para o particular. O leitor era conduzido ao âmago daquela extensão territorial, por meio de termos técnicos da geologia. Na descrição – lugar próprio para se fazer conhecer o objeto – o emprego desses termos científicos visava dar precisão das informações. Não é demais lembrar que o autor, contudo, não esclarecia a origem de suas informações científicas. Ou seja, pode-se afirmar que ele empregava o conhecimento científico em uma forma retórica de raciocínio: mostrar a estrutura rochosa do território que estava fadado a suportar uma grande nação; uma estrutura que referendava aquilo que se lia em sua superfície. Os conhecimentos científicos prestavam-se aos fins persuasivos visados pelo autor.

Na segunda versão do trecho em análise, ele acrescentou dois parágrafos, nos quais enumerava as riquezas minerais – mármore, ferro, ouro – para engrandecer seu objeto. No segundo parágrafo, ele amplificava ainda mais as qualidades do território, comparando-o às regiões vizinhas. Concluía, num aparente paradoxo, ser esse território melhor do que todas as regiões fronteiriças exatamente por aquilo que deixava de possuir: como não tinha vulcões e nem sofria terremotos, estava livre de tremendos flagelos.

A toda essa riqueza mineral se poderia interpor o fato de o clima da região ser quente e adverso à civilização. Ele, porém, novamente recorria à ciência para confirmar sua assertiva: “Experiências feitas por muitos anos, em mais de um ponto da nossa costa, dão em resultado que, dos dias do ano, são serenos proximamente uma terça parte, a outra nublados, e a terceira chuvoso” (VARNHAGEN, 1978: 13). Varnhagen pretendia que seu leitor concluísse existir uma regulação climática que tornava o litoral brasileiro menos inóspito e que poderia mesmo ser considerada “providencial”. Quanto a outras regiões do país, afirmava: “nos páramos dos sertões e nas campinas do Sul é o clima temperadíssimo” e, se comparado ao clima “dos países cuja bondade de ares é proverbial”, chegava a ser mesmo superior, por não sofrer os rigores do calor e

do frio (VARNHAGEN, 1978: 14). Ou seja, segundo o autor, em todas as regiões do território, fosse o litoral, o sertão ou as campinas do sul, apesar de se estar “na zona tórrida”, o clima era ameno.

E para emoldurar todo esse cenário físico, ele não se esqueceu de considerar o espaço celeste e, às riquezas minerais e ao clima ameno, somava um firmamento que, segundo ele, “ostenta-se no Brasil em toda a sua esplêndida magnificência”. Afirmava ainda que, se o céu brasileiro fosse comparado ao do hemisfério norte, não haveria como negar ser ele “mais brilhante” (VARNHAGEN, 1978: 15). Era sob esse céu maravilhoso que vicejava uma também deslumbrante vegetação:

A vegetação é sucessiva: poucas árvores perdem as folhas; algumas delas carregam de flores, quando ainda os seus ramos vergam com o peso dos frutos da safra anterior; e destes últimos vão uns inchando, quando já outros estão de vez ou de todo maduros. Nos terrenos de formação de gnaisses, em vigorosa decomposição pela ação fortíssima da atmosfera e das chuvas torrenciais, há mais umidade, e a vegetação é mais luxuriosa, sendo aí mais admiráveis as matas-virgens. No litoral têm as plantas bastante analogia com as da costa da África fronteira: nos alagados do mar pululam as rizofóreas, que chamamos mangues, as quais se multiplicam pelos próprios ramos, que dos galhos se debruçam a buscar a terra. São árvores como que destinadas pelo Criador para marcar os leitos aos rios dos climas entretrópicos, quando as suas águas se vão mesclando com as salgadas do mar. Seguem muitas euforbiáceas, malváceas e leguminosas. Abundam, porém, mais que tudo, e que em país nenhum, as famílias das palmeiras e das orquídeas, plantas aéreas de grandes e notáveis flores (VARNHAGEN, 1978: 15-16).

Da primeira para segunda versão do trecho citado, o historiador acrescentou duas explicações – “que dos galhos se debruçam a buscar a terra” e “plantas aéreas de grandes e notáveis flores” – e a frase iniciada por: “Nos terrenos [...]”, em que se refere às matas-virgens de vegetação luxuriosa. Pode-se avaliar que tais modificações tornavam o trecho ainda mais eficaz para descrever a vegetação brasileira, apresentando-a como possante e pujante: eternamente verdejante e em frutificação. A imagem da fertilidade infundável é ainda amplificada pelo autor com o emprego de verbos que indicavam um vigor profuso: plantas pululavam, multiplicavam-se e se faziam abundar. Até mesmo a única flor citada – a orquídea – seria “grande e notável” – tão grande e notável quanto a prodigalidade da natureza brasileira.

No trecho, Varnhagen encadeou nomes científicos – rizofóreas, euforbiáceas, malváceas e leguminosas –, novamente utilizando o conhecimento científico para referendar a descrição. A sequência do parágrafo é iniciada, nas duas versões do capítulo, com um “mas”, a partir do qual o historiador apresentava uma contradição inerente àquela vegetação. Segundo ele, as plantas



brasileiras eram dotadas de uma gigantesca fertilidade e, por isso, todas elas precisavam da luz solar para que seus órgãos de reprodução amadurecessem, o que as levava a travar, entre si, uma verdadeira batalha. Essa disputa, segundo ele, faria com que muitas árvores degenerassem e terminassem por se transformar em trepadeiras, pois apenas dessa forma conseguiam alcançar os cumes das matas-virgens. Assim, a imensa fertilidade da vegetação levava à disputa pela vida, propiciada apenas pelo acesso à luz solar, e, uma vez derrotada, uma árvore estava fadada à degenerescência e mesmo à morte. Seria essa degenerescência que explicaria, segundo o autor, a existência de tamanha quantidade de cipós na “vegetação desses países”. O trecho em questão é dotado de grande dramaticidade, graças à imputação de atributos humanos e de vontade própria às plantas; elas seriam verdadeiros verdugos de seus concorrentes, astutas ou débeis, ávidas e egoístas na execução de seus desígnios, não se furtando mesmo em se transformarem em assassinas, umas das outras, em sua horripilante luta pela sobrevivência. Eis o trecho na primeira versão:

Mas o que torna mais original a vegetação destes países é a abundancia dos cipós que caem verticaes dos ramos das arvores ou as unem umas ás outras, como se fossem a enxárcia de seus troncos contra os tufões, ou finalmente se enroscam por ellas; e ás vezes com tal fôrça que as afogam, ou com tal avidiez que lhes chupam o melhor de seu succo, e as assassinam (VARNHAGEN, 1854: 95).

Na segunda versão, o autor repetiu o trecho, colocando um ponto e vírgula depois da palavra “assassinam” e acrescentando a passagem seguinte, com a qual amplificava a imagem da feroz e interminável luta pela sobrevivência travada nas matas-virgens:

[...] substituindo assim o antigo tronco, que apodrece e se consome com o tempo, outro novo em espiral. Tal é a necessidade das plantas de subirem para buscar a luz do sol, e à face dele apresentarem as flores ansiosas de ver amadurecidos os órgãos da reprodução, que todas se fazem egoístas, e até assassinas e verdugos de suas vizinhas mais débeis, ou menos astutas. Para vencerem, neste campo de batalha contínuo em prol da própria existência, chegam a mudar de natureza, convertendo-se até árvores em cipós; e vindo inclusivamente, algumas palmeiras a degenerar em trepadeiras (VARNHAGEN, 1978: 16).

A imagem da pujança da natureza brasileira descrita pelo historiador nos remete à rica produção literária que, conforme nos ensina Sérgio Buarque de Holanda, vicejara entre os europeus muito antes de iniciada a colonização da América. Uma produção literária na qual se empregava um esquema formado por lugares-comuns: “verde prado que não cresta, flores e fôlhas olentes, umbroso arvoredado, águas cristalinas, belos e doces frutos, aves canoras” (HOLANDA, 1959: 287, 289). Esses *topoi* podem ser reconhecidos na descrição varnhageniana

da geologia, do clima e da botânica: a terra comporta riquezas, o clima é ameno e a natureza é verdejante e fertilíssima. Contudo, Varnhagen os utiliza justapondo uma ressalva: por mais luxuriosa que a vegetação brasileira fosse, ela tendia à degenerescência, ou pelo menos as palmeiras que aqui abundavam, segundo ele, tendiam até “a degenerar em trepadeiras”. Pode-se interpretar a afirmativa do autor como um apelo ao fantasioso – árvores que na luta pela vida mudavam de espécie! Porém, talvez seja mais profícuo lembrar que na segunda metade do XVIII, o conde de Buffon largamente argumentara sobre a degenerescência da natureza americana – dos animais e do homem. Segundo Antonello Gerbi, Buffon defendia a “tese da debilidade ou imaturidade das Américas” e referira-se ao clima americano, aí incluso o brasileiro, como dotado de “estações úmidas e malsãs, que estimulam o espessamento de uma vegetação sufocante”; sob essa vegetação, o solo continuava sempre encharcado, o que provocaria o apequenamento e mesmo o desaparecimento dos animais, segundo o naturalista (GERBI, 1996: 19, 22, 427).

As ideias de Varnhagen sobre a degenerescência das plantas brasileiras podem ser lidas como uma adaptação da tese de Buffon: a prodigalidade da natureza brasileira se transformava em um mal, pois tamanha era sua pujança, que terminava por gerar sua autodestruição. O autor ressoava as teses de Buffon: as plantas que estariam passando de palmeiras a trepadeiras! Assim, a natureza profusa terminava por ser, dificultosa para a presença do homem, ou pelo menos, exigiria dele um trabalho excessivo, até que fosse controlada. Não por acaso, ele acrescentou, na segunda edição do texto, o seguinte parágrafo:

Apesar de tanta vida e variedade das matas-virgens, apresentam elas um aspecto sombrio, ante o qual o homem se contrista, sentindo que o coração se lhe aperta, como no meio dos mares, ante a imensidade do oceano. Tais matas, onde apenas penetra o sol, parecem oferecer mais natural guarida aos tigres e aos animais trepadores do que ao homem; o qual só chega a habitá-las satisfatoriamente depois de abrir nelas extensas clareiras, onde possa cultivar os frutos alimentícios ou preparar prados e pastos, que dêem sustento aos animais companheiros inseparáveis da atual civilização. Ainda assim, o braço do homem, com auxílio do machado, mal pode vencer os obstáculos que de contínuo encontra na energia selvagem da vegetação (VARNHAGEN, 1978: 16).

Havia, portanto, na imagem grandiloqüente da natureza brasileira, uma “energia selvagem”, possante e vigorosa. Era esse excesso de vitalidade que, numa aparente contradição, tornava essas regiões “sombrias” e impróprias para a vida humana. Contudo, se há uma visão detratora da natureza, Varnhagen apressa-se para inserir no cenário o elemento capaz de tudo corrigir: o “machado” humano seria capaz de abrir “clareiras” na mata-virgem e de transformá-la

de covil de feras em moradia para a humanidade. No cenário natural, o autor introduzia a humanidade – aquela detentora do “machado”. E era somente essa presença humana que, conforme insinuava, garantiria efetivamente a conquista do espaço natural e seu resgate, do “sombrio”, dominado por feras, para a “clareira”, onde a luz permitiria aos frutos germinar, controlando a “energia selvagem” e estancando a degenerescência. A humanidade tinha, assim, a missão salvacionista de submeter o que até então era bravo ou indomado. Nesse sentido, ele afastava-se da tese bufoniana da fatal degenerescência da natureza brasileira.

Contudo, era preciso que o leitor não se iludisse, pois a vegetação selvagem tinha, em sua perspectiva, uma vitalidade tão grande que era capaz de ressurgir como uma fênix, mesmo depois de arrancada e queimada. Tal era a força desta natureza indômita, que um mato-virgem, conseguia se recompor em uma “nova mata intransitável”, cujas espécies se ignorava a origem dos “germes e sementes” que possibilitavam o novo e constante reconstituir das matas luxuriantes. Isso não significava que o homem não fosse capaz de vencer a luta e de fazer “secar e apodrecer” as “raízes das árvores e arbustos”. Era preciso muito “transitar” a terra, o que certamente significa cortar permanentemente, queimar na sequência e impedir que a fertilidade incontrolada e indomada se perpetuasse.

Na descrição da flora brasileira, o historiador pretendia fazer ver a seu leitor a imagem de uma potência natural que se encontrava inexplorada, desgovernada e incontrolada sob o domínio das feras – entre as quais estariam, deve-se destacar, os indígenas brasileiros. Essa energia selvagem necessitava da eficaz intervenção humana para controlá-la e redirecioná-la, em seu proveito. Valeria a pena, para os homens, lançarem-se nesse encarniçado campo de batalha? Essa era a questão retórica que o historiador deixava subentendida. Os parágrafos seguintes seriam encarregados de respondê-la.

Para tratar da potencialidade produtora da terra, Varnhagen empregou estratégias discursivas de amplificação do objeto, tais como: enumeração dos produtos dando idéia de prodigalidade, adjetivação superlativa e comparação favorável à produção brasileira. Da primeira para a segunda edição do parágrafo, o autor:

1) destacou a riqueza das “plantas exóticas à Europa” existentes no Brasil. Mudou, porém, a construção frasal: na primeira versão, encadeava, em uma única frase, a apresentação das

madeiras e de outros produtos vegetais nativos; na segunda, ele separou os períodos com um ponto final ao término da enumeração das madeiras, antes de introduzir os outros “produtos indígenas”. Essa alteração desfazia a miscelânea, pois separava espécies de plantas e de produtos distintos, além de dar ao leitor a impressão de uma maior quantidade e variedade de produtos;

2) ampliou o emprego da adjetivação para se referir às frutas nativas. Na primeira versão, o trecho era: “Ahi se dão alguns fructos regalados, taes como o ananaz, rei delles, o caju, fructa duas vezes, o saputy, com razão denominado pera dos trópicos, os bellísimos maracujás e as coradas mangabas [...]” (VARNHAGEN, 1854: 95). Na segunda versão do capítulo, a esse trecho o autor acrescentou, após a palavra “mangabas”, a frase: “e as rescendentes anonas de várias espécies, conhecidas com os nomes de araticuns, atas, frutas-do-conde”. Todo esse espetáculo de prazer era ampliado adiante, nas duas versões do parágrafo, quando o autor se referia às frutas das “bandas do sul” onde, segundo ele, abundavam: “as agridulces pitangas, os deliciosos cambucás, as refrigerantes ubaias, os aromáticos araçás e guabirobas, as saborosas jabuticabas [...]” (VARNHAGEN, 1978: 17).

3) conservou a indicação de que as plantas “introduzidas” no território brasileiro produziam melhor aqui. Esse seria o caso: “da cana, do gengibre, do anil, da canela e do cravo; e [...] do café da Arábia, e [...] do chá da China [...]”. Entretanto, mais que prosperar, afirmava, com ares de quem tudo experimentara e que desafiava quem duvidasse da informação, que muitas dessas plantas exógenas tornavam-se superiores quando plantadas no Brasil: as mangas brasileiras seriam “mais saborosas que as do Oriente” e a laranja européia tornara-se “tão superior a toda que se conhece” (VARNHAGEN, 1978: 17).

Mas, sobretudo, Varnhagen sugeria que toda aquela prodigalidade por ele apresentada correspondia apenas a uma parte da riqueza vegetal possível de ser extraída ou produzida naquele fertilíssimo solo. Em uma sucessão de afirmativas, ele dava ao leitor a impressão de uma dadivosidade ilimitada potencialmente explorável: existiriam “outras [madeiras] não menos estimadas”, além das que apresentara; a horticultura poderia aproveitar, fazer melhores e vulgarizar uma “infinidade de outros pomos”. Na segunda versão do trecho, ele apostava que a introdução de novos produtos alienígenas sempre resultaria em sucesso produtivo.

Com sua veemência, o autor procurava dar consistência à imagem da terra brasileira dotada de uma prodigalidade infinita, aproximando-a de um lugar idílico, desde que trabalhada pelas mãos humanas. Não há em sua descrição referência a qualquer tipo de empecilho e de dificuldade à produção agrícola, como pragas, secas e enchentes. O que não significa que ele as ignorasse. Ele sabia, por exemplo, o que as formigas significavam para a lavoura. E não cessava aí seu contato com os problemas da agricultura brasileira.

Na descrição da fauna brasileira feita por Varnhagen tem a clara intenção de mostrar sua riqueza, potencialidade e beleza. Não é casual que, ao descrever a flora brasileira, mesmo fazendo referência à produção econômica, tenha-se esmerado em ordenar, com uma adjetivação superlativa, as frutas brasileiras. O mesmo procedimento foi empregado nos parágrafos sobre os pássaros especialmente escritos para a segunda edição da *HGB*. A essas maravilhas para os sentidos – o paladar, a visão e a audição – se somavam a temperança do clima e a riqueza do subsolo.

No fechamento de seu texto, Varnhagen recuperou a imagem da prodigalidade da natureza brasileira que seria, contudo, perpassada por contrastes. O autor recuperava essa imagem afirmando a existência, nas terras brasílicas, de remédios e de poderosos venenos. Na primeira versão desse parágrafo, ele fazia uma descrição ordenadora do mundo animal, dividindo-o em bons e maus: bons seriam aqueles que se prestavam aos propósitos humanos, enquanto maus seriam os que colocavam empecilhos à realização daqueles fins. Na segunda versão, o autor manteve essa ordenação, mas trocou o gênero literário empregado ao transformar sua descrição em uma narrativa: “Ao perseguirdes a inofensiva anta, a anfíbia paca, a meiga cutia, o corredor veado campeiro ou do mato, estais em risco de encontrar um faminto jaguar, ou uma medonha canguçu que poderíamos talvez chamar a hiena do Brasil” (VARNHAGEN, 1978: 19).

O autor transformava seu leitor em ator, inseria-o no cenário e praticamente obrigava-o a vivenciar aquelas situações de perigo permanente que ocorreriam na natureza brasileira. Ou seja, da descrição de uma caçada, o autor passava à simulação de uma caça, enquanto o leitor era transformado em um caçador. O leitor, transformado em ator, era conduzido pelo autor, na versão final do parágrafo, a vivenciar várias e distintas situações de perigo em meio a uma não citada, porém imaginável, mata-virgem. Tratava-se também de um perigo que parecia ser cada vez maior

e mais iminente, graças ao emprego de dois recursos discursivos. Primeiramente, pela adjetivação sucessiva dos animais peçonhentos ou carnívoros: faminto jaguar, medonha canguçu, peçonhenta picada do insidioso réptil, traidor jacaré, medonho sucuriú. Em segundo lugar, pela concatenação daquelas situações, se passava à certeza de quão “atrocíssimos” eram os venenos existentes “no país”. Tão poderosos que seriam mesmo capazes de pôr fim à vida do leitor-ator.

Mas Varnhagen não abandonou seu leitor nesse mundo de “venenos atrocíssimos”. Pelo contrário, recuperou a palavra e o recolocou em seu posto de origem; o autor voltava ao gênero descritivo, mas mantinha o forte apelo afetivo:

Mas ânimo! que tudo doma a indústria humana! Cumpre à civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau. Tempos houve em que nalgumas das terras, hoje cultivadas ou povoadas de cidades da Europa o feroz urso se fazia temer... E o lobo caniceiro surpreende e devora ainda a ovelha descuidada pelo rafeiro do pastor; e a peçonhenta víbora, e os lacraus e as tarântulas, e as nojentas osgas e salamandras, ainda se não extirparam dos mais belos jardins das penínsulas pelas águas do Mediterrâneo [...] (VARNHAGEN, 1978: 19).

Para criar o apelo afetivo, ele recorria ao uso do ponto de interjeição: conclamava seu leitor a ter coragem e vontade para enfrentar todo o “atrocíssimo veneno” e, simultaneamente, dava-lhe certeza de que a batalha estava de antemão vencida, pois afinal “tudo doma a indústria humana”. Ou seja, o trabalho do homem era capaz de resgatar e de domesticar em proveito da humanidade o que lhe fosse aprazível e também de destruir aquilo que a ameaçava. O homem conseguia, enfim, domesticar e trazer para o seio da civilização e em seu benefício o que de selvagem, mas aperfeiçoável, existia no mundo natural. E para que não restassem dúvidas sobre quem era “o homem” capaz de desempenhar essa empresa, Varnhagen lembrava que a Europa vivera sob a “ferocidade” e o jugo de “peçonhentos” animais e que lá a batalha para “prevenir ou destruir o mau” ainda não estava totalmente concluída, apesar de já vitoriosa. A “civilização” a ser alcançada neste território era, portanto, a europeia. Havia o modelo, e o mundo natural encontrado no território americano poderia ser palco de um processo civilizador. Que viessem os homens e seus machados.

O autor concluía relembrando as riquezas do subsolo, o clima temperado, a beleza do cenário. Ele recuperava, assim, a imagem idílica do território, pois pretendia convencer seus leitores de que a terra possuía uma riqueza incomensurável. Tratava-se de um grandioso cenário capaz de suportar o glorioso processo civilizatório levado a cabo pelo conquistador e colonizador.

A seu ver, apenas a ação civilizatória seria capaz de efetivamente desbravar aquele território e realizar a riqueza nele contida. O paraíso precisava ser conquistado. Certamente, Capistrano de Abreu tinha razão ao avaliar que a história era para Varnhagen “um meio de chamar a emigração” (ABREU, 1931: 138). Tratava-se agora não mais de convencer o leitor da existência de uma “potência natural” selvagem a ser domada, mas sobretudo de insuflá-lo a assumir a tarefa de conquista e de colonização do território. Uma tarefa que, na perspectiva varnhageniana, iniciada pelos ancestrais desse leitor – que logicamente deveria ser branco e europeu –, deveria ser prosseguida. Aos vivos cabia a missão de dominar toda aquela natureza grandiosa, ainda inexplorada, para dela resgatar o que fosse redimível ou extirpar o que punha em risco a existência da humanidade e, quiçá, a da própria nacionalidade brasileira.

Nesse momento, o capítulo adquiria coerência com as idéias defendidas no *Prologo* especialmente preparado para essa segunda edição da obra. Nele, o autor afirmava que os colonizadores haviam travado uma “horrída luta” contra inúmeros e seríssimos desafios que lhes apresentara a empreitada de conquista e de ocupação do território. Para descrever essa “luta”, ele lançava mão da amplificação: adicionava sucessivamente os desafios – do que resultava a sensação da existência de uma dificuldade que se avolumava cada vez mais:

O clima geralmente tropical na beiramar; o sol ahi abraçador para os filhos das zonas temperadas; grande número de caxoeiras nos rios, de navegação semeada de escolhos e de perigos; serras asperissimas, invias e cobertas de espessas e impenetráveis matas; nestas animaes venenosos e cipós e espinhos que embaraçavam o transito, e com uma vegetação successiva, e tão vigorosa que ainda depois de derribado o matto virgem, depois de queimado ‘encoivarado’, semeado, e recolhida a safra, rebentava de novo com vigor, e se não virgem, de tal natureza que se necessitava repetir igual esforço para obrigar de novo a mesma terra a produzir, em vez de arvores seculares, ás vezes de fructos venenosos, os alimentos necessarios á vida do homem [...] (VARNHAGEN, 1877: VIII).

Ora, contra essa natureza tão completamente hostil, muitos dos colonizadores da “zona temperada” haviam fraquejado e optado por retornar ao “patrio lar”. Contudo, aos que souberam enfrentar e suplantar os desafios, estavam reservadas as glórias da eternidade. Afinal era graças a sua coragem que a pátria brasileira viera a se constituir: “á custa das lágrimas do exilio, nos legaram elles a nós, seus herdeiros, as casas fabricadas, as fazendas criadas, as villas e cidades fundadas – a vida, a religião, o commercio, a riqueza, a civilização....a pátria enfim [...]” (VARNHAGEN, 1877: IX).

Isso escrevia ele no *Prologo* da segunda edição da *HGB* e certamente o fazia para insinuar no espírito de seu leitor a certeza de que aquela obra fora escrita para louvar e eternizar a memória daqueles que não fraquejaram e não desistiram frente ao desafios da conquista e colonização do território. No capítulo inicial da obra propriamente, Varnhagen recuperava a imagem de uma luta contra uma natureza possante, porém indômita. Se a *HGB* tinha como propósito enaltecer os feitos dos edificadores da Nação, que o leitor não tivesse dúvidas e que bravamente se apresentasse no campo de batalha, para nele desempenhar papéis que lhes garantissem a entrada no rol daqueles já eternizados nas páginas da história pátria: “Mas ânimo! que tudo doma a indústria humana!”

#### Bibliografia:

ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos* (crítica e história). Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1931 (1878).

GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica 1790 – 1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HARTOG, François (org.). *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbernkian, 1972.

MAGALHÃES, Domingos J. Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. In: Niterói, Revista Brasiliense, Paris, tomo I, n° 1, p. 214-243, 1836. [Edição fac-simili da Academia Paulista de Letras, 1978].

RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1967. tomo 275, p. 170-196, abr./jun.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual... In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. Impr. da Viúva de Domínguez, 1854. Tomo I, p. 90-96.

\_\_\_\_\_. Prólogo. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 2° ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I. (1877). p. V-XVII.

\_\_\_\_\_. *História geral do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 3 vols, 5 tomos.